



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Estudo

Texto recebido em: 24 jul. 2024. Aprovado em: 3 set. 2024.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa; OLIVEIRA, Laercio; SANTOS, Carine Campos; FREITAS, Ryan Lopes de; SANTOS, Ingrid Ketlen Pereira dos; SOUZA, Denise Caroline de. Ajeum na Liga Sankofa: reflexões decoloniais e interseccionais sobre nutrição e saúde do povo negro. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proext, Recife, v. 41, n. 1, p. 1-33, jan./dez. 2024.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2024.262057>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
[Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Ajeum na Liga Sankofa: reflexões decoloniais e interseccionais sobre nutrição e saúde do povo negro

Ajeum in the Sankofa League: decolonial and intersectional reflections on the nutrition and health of black people

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro

Universidade Federal de Santa Catarina

Doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas

E-mail: maylla.chaveiro@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-7581-105X>



<http://lattes.cnpq.br/0617185690120819>

Laercio Oliveira Simões

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Graduado em Licenciatura em Matemática

E-mail: oliveirasimoeslaercio07@gmail.com



<https://orcid.org/0009-0006-4584-0224>



<http://lattes.cnpq.br/5678761614447369>

Carine Campos Santos

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Graduada em Psicologia

E-mail: carinecampos.santos@yahoo.com



<https://orcid.org/0000-0003-0758-6916>



<http://lattes.cnpq.br/4771166922588596>

Ryan Lopes de Freitas

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Graduando em Psicologia

E-mail: lopesryan1616@gmail.com



<https://orcid.org/0009-0007-2755-0212>



<http://lattes.cnpq.br/4323733337599966>

Ingrid Ketlen Pereira dos Santos

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Graduanda em Biomedicina

E-mail: ingridketlenps@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-1448-4929>



<http://lattes.cnpq.br/3083803217533934>

Denise Caroline de Souza

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Mestra em Ensino de Ciências e Educação Matemática

E-mail: ddenisecaroline@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-6750-7787>



<http://lattes.cnpq.br/1387246549899511>

Resumo

O racismo estrutural impõe muitas barreiras ao povo negro no Brasil, sendo uma delas em relação à alimentação e, consequentemente, à nutrição. Este artigo, portanto, tem como objetivo discutir acerca da fome em uma perspectiva interseccional, bem como apresentar a prática de fortalecimento da saúde mental, física e ancestral dos estudantes universitárias/os negras/os por meio do *Ajeum*, este sendo um recurso de nutrição na Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais Sankofa. Assim, o estudo aqui descrito foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de

abordagem qualitativa de caráter exploratório, amparada metodologicamente em observação participante e embasada epistemologicamente em teorias decoloniais e no conceito de interseccionalidade. Conclui-se por ela que, considerando a fome enquanto ausência nutritiva que impacta tanto a saúde física quanto mental das pessoas negras, pode-se dizer que o *Ajeum* é um contraponto a isso enquanto “nutrição” de conhecimento e construção de epistemologias, de espaços de acolhimento e de subjetividade do povo negro.

Palavras-chave: nutrição. colonialidade alimentar. *Ajeum*. aquilombamento.

Abstract

Structural racism imposes many barriers on black people in Brazil, one of which is in relation to food and, consequently, nutrition. Therefore, this article aims to discuss hunger from an intersectional perspective, as well as to present the practice of strengthening the mental, physical and ancestral health of black university students through *Ajeum*, which is a nutrition resource at the Sankofa Academic League of Ethnic-Racial Relations (Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais Sankofa). Thus, this study was developed from a qualitative exploratory research approach, methodologically supported by participant observation and epistemologically based on decolonial theories and the concept of intersectionality. As follows, it concludes that, considering hunger as a nutritional absence that impacts both the physical and mental health of black people, it can be said that *Ajeum* is a counterpoint to this as a “nourishment” of knowledge and of the construction of

epistemologies, welcoming spaces and the subjectivity of black people.

Keywords: nutrition. food coloniality. Ajeum. aquilombamento.

Introdução

“A pior coisa do mundo é a fome!”
(Carolina Maria de Jesus)

A insegurança alimentar que tem atingido a vida do povo negro é reflexo de séculos de racismo na sociedade brasileira. A formação da nação está alicerçada no racismo estrutural, ou seja, todo o funcionamento das relações de poder no âmbito sociocultural, político, jurídico e econômico privilegia pessoas brancas enquanto inferioriza e violenta pessoas negras e indígenas. Desse modo, há também uma herança do colonialismo acerca de quais pessoas têm acesso à alimentação, um funcionamento estrutural que organiza a vida cotidiana e reproduz o racismo no tecido social. De acordo com Silvio Almeida (2019), advogado, filósofo, professor universitário brasileiro e atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, o racismo:

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios a depender do grupo racial ao qual pertençam [as pessoas] (Almeida, 2019, p. 25).

A naturalização do racismo e do colonialismo produziu uma concepção de sujeito em insegurança alimentar acompanhada de explicações deterministas e

meritocráticas para as desigualdades, constituindo subjetividades insensíveis diante do debate racial, o que, segundo Ferreira *et al.* (2016), propulsiona a aceitabilidade da fome e o agravamento mental das pessoas em insegurança alimentar. Diante disso, é importante destacar que o conceito de fome não é apenas constituído pela alimentação e pela nutrição, sendo, na verdade, um construto multifatorial advindo dos processos sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, raciais. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004) ressalta, no documento “Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional”, que

O direito à alimentação adequada é alcançado quando todos os homens, mulheres e crianças, sozinhos ou em comunidade com outros, têm acesso físico e econômico, em todos os momentos, à alimentação adequada ou meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deve ser interpretado como um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. A ‘adequação’ refere-se também às condições sociais, econômicas, culturais, climáticas, ecológicas, entre outras (CONSEA, 2004, p. 12).

Conforme o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2022, mais da metade (58,7 %) dos brasileiros estão em situação de insegurança alimentar em grau leve,

moderado ou grave. Em outras palavras, houve um aumento de 7,3% em relação ao ano de 2020. Quando realizada a análise por etnia, é possível constatar que 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas estão sofrendo com restrição alimentar em alguns dos níveis mencionados anteriormente (Rede PENSSAN, 2022). Nesse sentido, é possível entender a perpetuação do determinismo socioeconômico para com as pessoas negras como resultado do sistema de produção capitalista, hegemônico e colonial, como elabora Cristiane Souza:

A estrutura de reprodução do capitalismo dependente, imputa a permanência da desigualdade, da marginalização e da miséria, expressas de maneira devastadoras sobre os descendentes dos africanos escravizados e dos povos indígenas – negros, quilombolas, caboclos, mestiços, ribeirinhos sertanejos etc., sujeitos estes submersos a condição de venda da força de trabalho em situações violentas de precariedade estrutural (Souza, 2020, p. 134).

Além disso, o conceito de segurança alimentar e nutricional é atualmente definido no Brasil como

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e

que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Entretanto, de acordo com Castro (1984) em *A Geografia da Fome*, tal soberania alimentar só pode ser desenvolvida, exclusivamente, quando a fome é colocada e reconhecida enquanto questão política vinculada ao ideário hegemônico. Assim, torna-se imprescindível a elaboração de estratégias combativas à estrutura dessa necropolítica (Mbembe, 2018).

Então, o presente artigo tem como objetivo discutir acerca da prática de fortalecimento da saúde mental, física e ancestral de estudantes universitárias/os negras/os por meio do *Ajeum*, este sendo um recurso de nutrição na Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais Sankofa. Assim, este estudo é resultado dos encontros dessa Liga realizados durante o ano de 2023 em uma universidade pública do interior de Minas Gerais. Os participantes desses encontros eram constituídos por estudantes de graduação e de pós-graduação, por docentes e por pessoas da comunidade com interesse em discutir relações étnico-raciais, negritude, ancestralidade africana e críticas à branquitude.

O delineamento metodológico deste trabalho foi constituído por uma investigação, de caráter qualitativo e exploratório, apoiada na observação participante, uma vez que possibilita a interação do/a pesquisador/a em relação às dinâmicas sociais e aos aspectos culturais observados no grupo de estudo. Considerando os estudos de Adler e Adler (1987) sobre esse tipo de método, foi adotada a observação completa como enquadramento para a coleta de dados, a qual é definida pelos autores

como o delineamento correspondente aos casos de pesquisadores já pertencentes ao grupo estudado. Nesse sentido, pode-se entender que esse tipo de abordagem é essencial para as pesquisas de campo envolvidas com aspectos particulares de um determinado grupo, pois se necessita de uma sensibilidade cultural por parte da função de observador. Em relação a esse potencial de observação, a socióloga brasileira Cecília Minayo descreve:

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (Minayo, 2013, p. 70).

Sendo assim, este artigo foi estruturado da seguinte forma: 1) na primeira parte, discutem-se os conceitos de decolonialidade e interseccionalidade, os quais alicerçam a análise de dados; 2) posteriormente, apresentam-se e analisam-se as experiências da Liga Sankofa a partir da prática do *Ajeum* enquanto estratégia de nutrição e fortalecimento da saúde mental de estudantes negras/os;

e 3) por fim, são apresentadas as considerações acerca da relação entre as observações realizadas e suas contribuições para o debate da fome, da ancestralidade e das estratégias de nutrição, seguidas de reflexões sobre a ancestralidade e subjetividade das pessoas afro-diaspóricas do grupo participante.

DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE

O conceito de colonialidade pode ser entendido como um fenômeno histórico e social complexo e de dimensão simbólica do eurocentrismo, iniciado no século XVI quando o eixo de poder dos europeus se impôs sobre os povos originários ameríndios e africanos, acarretando, assim, relações assimétricas violentas, como hierarquias raciais, de gênero, cosmológicas e epistemológicas. Desse modo, a colonialidade se perpetuou por meio de diferentes formas de dominação e exploração ao longo dos séculos, produzindo inúmeras consequências, como insegurança alimentar, produção monocultural e a quebra do vínculo religioso com a comida. Segundo Walsh (2009), junto à colonialidade surge a “decolonialidade”, um projeto sociopolítico que demanda posturas e práticas que estão para além da denúncia, embasando-se em “(...) posicionamentos, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, surgir, criar e influenciar. Isso denota, então, um caminho contínuo de luta no qual se pode identificar, tornar visível e incentivar lugares de exterioridade e construções alternativas” (Walsh, 2017, p. 25, tradução nossa).

Assim, a partir do conceito de decolonialidade, autores como Quijano (2000, 2002), Walsh (2009, 2017), Maldonado-Torres (2007), Miller (2016), Achinte (2010) e

Lugones (2008) problematizam as diversas dimensões da colonialidade, como, por exemplo, a colonialidade do poder, a colonialidade do ser, a colonialidade do saber, a colonialidade alimentar e a colonialidade de gênero. Entre esses intelectuais, destacamos a seguir o pensamento de Quijano (2000) ao enfatizar a colonialidade do poder, na qual a raça é o fundamento que estabelece um padrão universal de classificação e de dominação social. Além disso, o autor articula outros eixos conectados que usufruem da raça para operar, sendo eles: o capitalismo como modelo universal de exploração; o Estado como centro universal de controle coletivo do poder; e o eurocentrismo como forma de controle hegemônico sobre a subjetividade/intersubjetividade, especialmente na forma de produção de conhecimento.

A ideia de raça, junto à sua classificação e hierarquização social, foi originada há 500 anos, juntamente com a América, a Europa e o capitalismo (Quijano, 2000), impregnando-se, desde então, em todas as áreas de existência social. Como consequência, constituiu-se uma forma eficaz de dominação social, material e subjetiva, a base dessa universal política dentro do atual padrão de poder (Quijano, 2002).

Ao se referir à colonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007) problematiza essa perspectiva como a experiência vivida a partir da colonização, tendo em vista seu impacto na linguagem e na construção da subjetividade e do sujeito, bem como a sua associação com a desumanização de grupos sociais por conta de sua cor ou de suas raízes.

De todas as consequências da colonialidade para os povos não brancos, está também o estabelecimento de um padrão de produção e consumo de alimentos, tendo

em vista não apenas o que é ingerido, mas também as formas desse corpo que ingere. Além disso, o padrão atravessa o território, estabelecendo um modelo econômico e de exploração que Miller (2016) nomeia como “marginalização de produtos”, por se tratar de um “processo de negação da autonomia do povo” (Bastos, 2022, p. 6). Isso revela a colonialidade em suas formas – do poder e do ser – presentes no ato de comer. Miller (2016) se apoia sobre as considerações de Achinte (2010) em *Comida y colonialidad: tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar*, aprofundando-se e correlacionando as relações de poder ao criar o conceito de colonialidade alimentar: “O conceito de colonialidade alimentar tem o intuito de evidenciar os fatores de ordem histórica que determinam o processo de alimentação e o ato de comer” (Bastos, 2022, p. 6).

Com efeito, as discussões acerca da colonialidade alimentar implicam compreender que os problemas sociais de saúde mental e física frente à insegurança alimentar, estes que estão associados à construção neoliberal da vida na sociedade latino-americana, a qual empurra os colonizados para o desgaste a fim de satisfazer um estilo de vida do colonizador, baseado no individualismo e no consumismo desenfreado, como afirma Bastos:

Atualmente, certificamos que as formas de produção, distribuição e consumo de alimentos são definidas principalmente através da colonialidade, pois os significados de ‘comer bem’ estão relacionados com uma

comensalidade eurocentrada. A aparente naturalização do ato de comer revela muitas simpatias e apatias na seleção dietética, que nem sempre estão relacionadas à melhor nutrição, mas às imposições de natureza econômica e às vantagens políticas de certos grupos em detrimento de outros na eleição do ‘comível’ (Bastos, 2022, p. 3).

O ato de comer extrapola o de nutrição, partindo do proposto por Herrera Miller (2016). Sendo assim, é vital pensar o ato de comer como um ato ontológico-político, uma resistência à modernidade (re)produtora de uma colonialidade que estrutura um sistema-mundo, o qual decide não interferir na vida ou potencializá-la. No entanto, essa modernidade opta pela morte e está direcionada às comunidades e territórios onde o modo de viver contesta o modo estabelecido pelo poder hegemônico, produtor de vulnerabilidades sociais como a insegurança alimentar.

Por sua vez, a Liga Sankofa assume uma função social importante, visto que está localizada em um espaço público onde as relações de poder reproduzem desigualdades e vulnerabilidade sociais, resultando em um racismo estrutural que se expressa no domínio político, territorial e no controle das matérias-primas. A Liga, desse modo, articula “todas as formas históricas de controle, de seus recursos e de seus produtos” (Quijano, 2000, p. 2).

A organização do *Ajeum*¹ na Liga Sankofa simboliza também a resistência à necropolítica. Esse conceito elaborado por Achille Mbembe, filósofo e teórico político camaronês, reflete sobre as políticas de exclusão construídas pelo Estado, baseadas na ideia de inimigo social. Desse modo, Mbembe (2018) discute que a produção do controle social das populações ocorre por meio da destruição, concreta e simbólica, de corpos considerados supérfluos pelo sistema capitalista na necropolítica, ou seja, pessoas que se encontram em grupos subalternizados são julgadas como descartáveis diante da mira de um sistema de insegurança alimentar com dados alarmantes de um índice de fome.

Paralelo a isso, a interseccionalidade se faz necessária enquanto instrumento analítico que possibilita caracterizar esses grupos subalternizados conforme suas necessidades. A intelectualidade negra e brasileira da década de 1980 já chamava atenção para a necessidade de se analisar a situação brasileira por meio de uma visão multifatorial, especialmente em relação à situação das mulheres negras. Nesse cenário, essas mulheres vivenciam a intersecção entre o sexismo e o racismo, que estão alicerçados na colonialidade ao longo de muitos séculos. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 76), a articulação do racismo com o sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”.

Posteriormente, essa discussão foi ampliada e denominada interseccionalidade, termo cunhado em

¹ O *Ajeum*, presente em religiões de matriz africana, é uma palavra em yorubá que significa a junção de *awa* (nós) + *jeun* (comer). As duas palavras juntas deram origem ao termo *Ajeum*, que significa “comer juntos”.

1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991). O conceito é polissêmico e tem sido amplamente discutido por muitas pesquisadoras em contextos distintos (Chaveiro, 2023), servindo para expor a complexidade que emerge dos cruzamentos entre os sistemas de opressão existentes na sociedade e para enfatizar a importância de considerar os marcadores sociais que atravessam o sujeito de maneira interligada.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Segundo Carla Akotirene (2019), autora que pesquisa a epistemologia de gênero e as relações étnico-raciais, a interseccionalidade é uma ferramenta teórica e

metodológica muito importante para a proposição de estratégias de resistência à colonialidade. Em suas palavras:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe – modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Como nos lembra Grada Kilomba (2020, p. 94), “a raça não pode ser separada do gênero e nem o gênero pode ser separado da raça. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa”. Nesse sentido, a interseccionalidade evidencia os marcadores sociais da diferença (cor/raça, etnia, gênero, classe social, sexualidade, tamanho corporal, idade, incapacidades etc.) como entrecruzados, fluidos, mutantes e permeáveis por outros marcadores, exemplo da colonialidade que organiza essa estrutura. Assim, a interseccionalidade instrumentaliza uma forma de compreender como tais marcadores sociais causam diferentes opressões a depender de cada indivíduo. No caso da fome, há a necessidade de observar qual perfil de raça, classe e demais segmentos ela atinge, para, assim, pensar em possíveis intervenções.

A ordem social vigente impõe diversas restrições sobre as pessoas negras, principalmente às mulheres. Essas

restrições se manifestam em menores salários; na responsabilidade pelos cuidados com o lar e com a família, por meio de atividades não remuneradas que levam à redução do tempo disponível para empregos formais; e na educação, que é atravessada pelo trabalho emancipado para suprir a renda de casa, impactando na saúde e na alimentação da população negra. Lissandra Amorim Santos *et al.* (2022, p. 1) destacam que a “prevalência de insegurança alimentar é maior em domicílios chefiados por mulheres e de minorias étnico-raciais”. Há também outros fatores ligados à classe social:

a rotina de deslocamento entre os locais de trabalho e moradia, a dupla (ou tripla) jornada de trabalho e as escassas opções de comércio que disponibilizam alimentos saudáveis na área de moradia dessas mulheres também contribuem para a situação de insegurança alimentar nos domicílios chefiados por elas (Santos *et al.*, 2022, p. 30).

No artigo intitulado *A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade* (Silva *et al.*, 2022), as autoras apresentam um importante debate acerca das vulnerabilidades das mulheres negras perante o tema da fome e da insegurança alimentar no Brasil. Na esteira dessa análise, a noção de interseccionalidade torna-se fundamental para avançar na elaboração de políticas públicas no combate à fome em perspectiva interseccional:

Olhar a insegurança alimentar pela interseccionalidade demonstrou a capacidade dessa abordagem para melhorar a compreensão da situação dos domicílios analisados, especialmente as condições de vulnerabilidade específicas, como a das mulheres negras, as quais apresentaram maiores chances de insegurança alimentar moderada ou grave. A insegurança alimentar nos domicílios chefiados por essas mulheres revela-se como uma das consequências da interação estrutural do racismo e do sexismo (Silva *et al.*, 2022, p. 11).

A intelectual Carolina Maria de Jesus, uma das mais importantes escritoras do Brasil, teve sua vida atravessada pela fome e pela miséria. Em consequência disso, essa autora traz, em suas obras, várias denúncias sociais embasadas em suas próprias experiências como mulher negra que viveu em um contexto de extrema pobreza. Carolina imprime, de maneira visceral, as vivências precárias e as injustiças sociais que são comuns ao povo negro em uma sociedade estruturalmente racista e machista como o Brasil. Seus depoimentos são sempre marcantes e têm sido amplamente difundidos como denúncia social, principalmente no que tange às discussões sobre fome, insegurança alimentar e racismo.

Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus

esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (Jesus, 1960, p. 174).

27 de maio de 1958 - A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? [...] (Jesus, 2007, p. 45)

AJEUM NA LIGA SANKOFA

A Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais Sankofa configura-se como um projeto de extensão desenvolvido em uma universidade no interior do estado de Minas Gerais. As/Os participantes que integram a coordenação da Liga são discentes e docentes de graduação e pós-graduação, formando um grupo com 13 membros distribuídos em cinco coordenações, sendo elas referentes às áreas de Design, Administração, Extensão, Ensino e Pesquisa. Ademais, a Liga Acadêmica também é composta pelos seus membros discentes de graduação e pós-graduação, em diversos cursos e áreas, totalizando 40 pessoas autodeclaradas como pessoas não brancas. Assim, a Liga se faz em movimento *Sankofa*²: de voltar, retornar, olhar e buscar nossas próprias referências históricas, culturais e científicas. Extrapolando esse espaço de aprofundamento teórico-prático alinhado com

² Sankofa: “parte de um conjunto de ideogramas chamados adinkra, representado por um pássaro que volta a cabeça à cauda” (Itaú Cultural, c2016).

os saberes de pensadoras/es negras/os, a Liga se organiza como um espaço de aquilombamento, atuando como tecnologia de resistência ao sistema colonial, que ainda perdura até o presente. O Coletivo Maria da Glória³ sintetiza o significado de aquilombamento em quatro pilares:

Organização: Construir espaços de afeto onde possamos pensar e agir coletivamente. Questionar a nossa realidade e assim criar estratégias, caminhos e ações para nos colocar em movimento e mudar o quadro (necro)político que nos cerca. Resgate: É uma necessidade histórica, ancestral. Um chamado de reconexão com os nossos antepassados e com toda a luta e caminhos trilhados até aqui. Resgatar as nossas raízes para colher melhores frutos no futuro. Memória: Compreender a nossa origem, história e cultura para resgatar a nossa memória. Lembrar de onde viemos para planejar o nosso futuro. Pensar em ações políticas e culturais de forma conjunta como uma tecnologia potente e afrofuturista de intervenção social. Autonomia: Ser protagonista

³ O Coletivo Maria da Glória é uma rede de afeto formada por estudantes negros do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que busca, através da preservação da memória da professora Maria da Glória, formar um aquilombamento entre as pessoas negras do Instituto. Ele foi fundado por quatro mulheres negras estudantes de Geologia que, não por acaso, se encontraram, mesmo trilhando caminhos diferentes, e tiveram um objetivo em comum: mudar a realidade existente dentro do Instituto de Geociências da UFBA, que, assim como os outros setores da sociedade, possui raízes profundas no racismo estrutural e no epistemicídio.

da nossa própria história. Recriar as nossas potencialidades. Ter autonomia para construir narrativas sobre nós mesmos e sobre o nosso povo. Descolonizar as nossas mentes para não mais aceitar aquilo que é dito sobre nós (Coletivo Maria da Glória, 2021, p. 1).



Figura 1. Ajeum da Liga Sankofa
Fonte: Os autores (2023).

A Liga Sankofa também partilha de muitos símbolos inspirados em religiões de matriz africana, como o candomblé, por exemplo. O candomblé pode ser considerado como uma religião afro-brasileira que surgiu

no Brasil por meio da diáspora africana, caracterizado como a união entre várias religiões tradicionais da África Ocidental, especialmente as de iorubá, banta e bês. O candomblé, como espaço religioso e de confraternização, viu na fé e no saberes ancestrais outros modos de construir laços, manter e (re)criar tradições e (re)constituir, mesmo em termos simbólicos, as famílias que foram totalmente desconjuntadas como parte da tática do sistema colonial.

[A] noção de família foi a primeira função do candomblé, pois no espaço dos terreiros a identidade familiar foi recuperada, tendo nas mães e pais de santo suas figuras centrais. Assim como os quilombos, os terreiros foram espaços de resistência e luta (William, 2017, p.1).

Nesses locais sagrados, os seguidores das religiões de matriz africana estabelecem uma malha de apoio fundamental para salvaguardar os princípios, os rituais, as crenças e as práticas culturais dessas comunidades, ao mesmo tempo em que promovem a restauração das identidades e a preservação dos valores, das filosofias e das perspectivas de mundo.



Figura 2. Liga Sankofa

Fonte: Instagram da Liga Sankofa (2023).

Um dos valores simbólicos de que a Liga usufrui é o *Ajeum*, o qual, conforme explicado anteriormente, significa "comer juntos". O *Ajeum* possui um papel fundamental nas religiões afro-brasileiras, presente em praticamente todos os momentos ritualísticos ou não. O alimento, assim como as ervas e a língua, possui centralidade nas tradições, sendo usado em momentos de partilha, inclusive com a espiritualidade, e não podendo ser visto como ato individual.

É importante entender que o termo "comida" não se resume apenas ao que é ingerido, mas sim à forma como esse alimento é preparado, consumido e dividido entre as pessoas. Como Roberto DaMatta (1986) já destacou, o ato de comer não define apenas o alimento em si, mas também a pessoa que o consome. Comer não é apenas

matar a fome, o que, dentro da Liga Sankofa, se reflete no *Ajeum*, que é um recurso de nutrição, de comunicação e de produção de afetos. O alimento é visto como sagrado, sendo fonte simbólica de riqueza e vitalidade, bem como um elo fundamental entre o *órun* (céu) e o *aiyê* (terra) e entre as interações sociais dos integrantes, como é também apontado na colaboração em situações de necessidade e aflição.

O *Ajeum* é o momento em que os integrantes se olham com afeto, com carinho, e se conhecem melhor. O alimento possibilita a conexão entre ligantes porque, nesse momento, cada pessoa diz o que mais gosta de comer, relembra suas vivências passadas com os alimentos e descreve suas emoções ao comer. O *Ajeum* na Liga Sankofa representa a ruptura simbólica com um sistema que tenta atingir a população não branca, pois é a partilha da comida que os fortalece material e ancestralmente. Todas as pessoas saem nutridas de afeto, de axé e de esperança. Cabe ressaltar ainda que, na Liga, há participantes de diversas identidades sexuais e de gênero, a maioria se definindo como mulher negra.

Dessa maneira, esse momento passado com a comida possibilita a revisitação de memórias marcadas pela experiência de comer e por sabores que lembram vivências com familiares. O *Ajeum* na Liga Sankofa sempre representa uma forma de pensar e agir coletivamente para nutrir e fortalecer a rede de apoio e as saúdes mental, física e ancestral dos integrantes, marcando, assim, um lugar de conexão. Como nosso grande mestre Nêgo Bispo⁴ disse:

⁴ Nome religioso utilizado pelo autor Santos (2023).

No compartilhamento, temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende (Santos, 2023, p. 26).

Podemos constatar isso por meio de alguns relatos de participantes da Liga:

L1: “O *Ajeum* acontecia no intervalo entre o encerramento das aulas diárias e o início das tarefas extracurriculares. Os dias na universidade eram longos e muitas vezes as/os estudantes estavam sem voltar para casa desde a manhã. Devido à rotina extremamente cansativa e da fome constante, o *Ajeum* era, para mim, um recurso de nutrição, uma vez que conseguia suprir uma refeição que eu provavelmente não conseguiria realizar de forma tão rica em nutrientes e diversidade, algo que somente o alimento compartilhado proporciona”.

L2: “Nas reuniões de coordenação de equipe, alguém sempre levava algum alimento e isso tornava os nossos encontros bem mais leves e afetivos. Acredito que a comida compartilhada tem esse poder de acolher e unir as pessoas, principalmente em famílias afro-brasileiras e indígenas, culturas que têm tanto contato com o alimento de forma sagrada. E, como as reuniões eram feitas na noite de quinta-feira, depois de um dia cheio e de estar num ambiente embranquecido e cansativo como a universidade, era muito importante para mim estar ali em conjunto com aquelas pessoas para discutir sobre pautas de uma Liga Acadêmica que realmente falava de aspectos

importantes para mim, para a minha cultura e a de tantos estudantes não brancos. Esses momentos de aquilombamento me promoviam muita identificação e acolhimento, e acredito que a possibilidade de comer junto era parte disso”.

L3: “O ato de me alimentar na Liga traz diversos sentimentos para mim. Eu acho interessante isso, poder sentir na Academia, não apenas sentir, mas sentir algo bom. Durante todo meu percurso acadêmico, eu quase não convivi com pessoas negras e/ou pessoas interessadas em discutir a pauta racial, eu quase não alimentei meu espírito (este que o pensamento eurocêntrico insiste em separar do corpo). Ao realizar o *Ajeum* após um dia de trabalho ou estudos, eu me sinto alimentada de corpo e alma. Creio que para nós, mulheres pretas, que temos abundância de escassez — de alimento, de apoio, de recursos, de representatividade, entre tantas outras faltas —, poder nos nutrir é essencial.

Considerações finais

Este artigo buscou refletir sobre a interface entre a saúde do povo negro, refletindo sobre a fome a partir da decolonialidade e da interseccionalidade, e a resistência ao racismo, a começar pelas práticas alimentares ancestrais do *Ajeum* na Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais Sankofa. Para além de uma concepção da fome enquanto ausência nutritiva que impacta tanto a saúde física quanto mental de pessoas negras, pode-se dizer que o *Ajeum* é um contraponto a isso enquanto “nutrição” de conhecimento e de uma construção de epistemologias, de espaços de acolhimento e de subjetividade. Afinal, como dito pela psicanalista e

psiquiatra Neusa Santos Souza, “a violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir” (2021, p. 36). Assim, resta ao povo negro a escassez de produções científicas, artísticas, dentre outras, causando a falta de representatividade e de identificação, o que, por sua vez, impede que o sujeito negro seja motivado a criar e ascender socialmente.

Ademais, cabe aqui destacar que o combate ao racismo estrutural e à fome não é simples e, muitas vezes, causa angústia. O racismo constitui nossa história, estrutura nossas condições sociais e, sobretudo, nos apresenta a fome. Nesse sentido, o estudo apresentado contribui para os passos iniciais voltados ao resgate ancestral dentro de espaços que funcionam conforme a lógica colonial, utilizando-se da nutrição compartilhada em África, o *Ajeum*.

Por fim, ressalta-se que a Liga Sankofa foi criada com o intuito de desconstruir e discutir essas facetas a fim de promover conscientização ao povo negro universitário, bem como espaços de oportunidade, partilha, acolhimento, criação e, principalmente, de humanização. A partir das oficinas de arte e escrita, de teatro, das aulas e dos eventos realizados, a partilha de experiências na Liga e a sua comunhão de alimentos constituem em um enfrentamento estrutural do racismo, do colonialismo e do capitalismo. Considerando a necessidade desses espaços compartilhados e também o acesso à alimentação, é imprescindível salientar que as políticas públicas também devem ser estudadas, revisadas e construídas sob o propósito de alcançar a erradicação da

fome, pois, como discutido, ela é um problema social que afeta diretamente a saúde mental dos sujeitos (Chaveiro, 2024). Assim, este artigo teve como objetivo provocar reflexões acerca da importância da nutrição em diversos aspectos para a promoção de saúde mental à população afro-brasileira.

Referências

ACHINTE, A. A. Comida y colonialidad: tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. *Revista de investigación en el campo del arte*, Bogotá, v. 4, n. 5, p. 10-23, jul/dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/c14/article/%20view/1200>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ADLER, P. A.; ADLER, P. *Membership roles in field research*. Thousand Oaks: Sage, 1987.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BASTOS, M. N. P. Fome e colonialidade alimentar no Brasil. *Mosaico*, Vassouras, v. 14, n. 22, p. 341-354, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/86295>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. *Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1984.

CHAVEIRO, M. M. R. S. Interseccionalidade e sua pluralidade conceitual: Um quadro comparativo entre autoras: Intersectionality and its conceptual plurality: A comparative chart between authors. *Revista Desenvolvimento Social*, Montes Claros, v. 29, n. 2, p. 58-77, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/7121>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CHAVEIRO, M. M. R. S. *Psicologia Clínica Africana: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

COLETIVO MARIA DA GLÓRIA. Aquilombamento. *Coletivo Maria da Glória*, 2021.
Disponível em: <https://www.coletivomariadagloria.com.br/post/aquilombamento>
Acesso em: 11 mar. 2024.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024

CRENSHAW, K. Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* 2a. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FERREIRA, M. *et al.* Fome, Subjetividades e Psicologia. *Instituto Silvia Lane*, c2016. Disponível em:

<https://www.compromissosocial.org.br/fome>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

ITAÚ CULTURAL. Abdias Nascimento. Sanfoka. *Itaú Cultural*, c2016.

Disponível em:

<https://ocupacao.icnetworks.org/ocupacao/abdias-nascimento/sanfoka/>. Acesso em: 23 ago. 2024

JESUS, C. M. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática e Francisco Alves, 1960.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-102, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-168.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MILLER, K. M. H. De/colonialidad alimentaria: Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua en Bolivia. *Razón y Palabra*, Quito, v. 20, n. 94, p. 33-50, set/dez. 2016. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/687>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Edit.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000.

QUIJANO, A. COLONIALIDADE, PODER, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, n. 37, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 11 mar. 2024

REDE PENSSAN — REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*. II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, L. A. et al. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 11, p. e00130422, 2022. Disponível:

<https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7930>. Acesso em: 29 ago. 2024

SILVA, S. O. *et al.* A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, p. e00255621, 2022. Disponível em:

<https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7897/17677>. Acesso em: 29 ago. 2024

SOUZA, C. L. S. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2021.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: Candau, V. M. (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. 553 p.

WALSH, C. *Pedagogías Decoloniales: Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Série Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala, 2017.

WILLIAM, R. *Candomblé: Religião de Resistência*. Carta Capital, São Paulo, 11 ago. 2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/candomble-religiao-de-resistencia/>. Acesso em: 11 mar. 2024.